

# Presidente decide hoje se deve ter líder do Governo



No encontro que deverá manter hoje na Fazenda do Pericumã, com o deputado Ulysses Guimarães, o presidente José Sarney dará a palavra final sobre a indicação ou não de um líder para representar o governo junto à Assembléia Nacional Constituinte. Com ou sem ele, o Conselho Político do governo deverá se reunir, por convocação presidencial, no final da próxima semana — provavelmente quinta-feira — para definir os rumos da relação Executivo-Legislativo durante a realização da Assembléia Nacional Constituinte.

Na hipótese da desistência da idéia de indicação do seu líder, Sarney apresentará a decisão como uma concessão aos partidos da Aliança Democrática. Em troca ele pedirá a absoluta fidelidade das lideranças escolhidas pelas bancadas do PMDB e do PFL e mostrará a importância de um canal eficiente e desobstruído de divergências internas pelo qual as idéias do Governo possam transitar entre os dois prédios da Praça dos Três Poderes.

## Importância

Se Sarney optar por manter seu homem no plenário da Constituinte — possibilidade que a cada dia parece mais remota — ele tentará provar que a decisão não caracteriza um desprestígio aos líderes escolhidos pelas bancadas, mas, pelo contrário, uma prova da importância com que o poder executivo distingue esta legislatura do Congresso. Tarefa que se tornou mais árdua desde que o ministro Marco Maciel admitiu que o fórum principal da atuação da nova figura política que o Presidente poderá criar será a própria Constituinte — e não o Congresso e suas reuniões ordinárias — o que foi identificado como uma tentativa de ingerência do Executivo na elaboração da nova Constituição.

Com ou sem um líder formal, o Palácio do Planalto vai utilizar de todos os meios disponíveis para manter a hegemonia sobre os novos Constituintes. Baseado em um número sobre o qual não se conhece o verdadeiro significado — PMDB e PFL juntos detém 80% dos votos constitucionais — os primeiros episódios da instalação da Constituinte acenderam as luzes vermelhas do Palácio do Planalto e colocaram os articuladores políticos do Governo em estado de alerta. Especialmente a proposta de Constituinte exclusiva, que pegou o Presidente e seus assessores de surpresa e por pouco, não dá um golpe mortal na autoridade de Sarney.

## Novos

Sustos como este, o coração do regime não aguenta. E, até agora, o comportamento dos "novos", que ocupam mais da metade dos gabinetes da Câmara e do Senado ainda é uma incógnita para o alto comando nacional, apesar dos levantamentos que já foram feitos pela Sub-chefia de Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil. Estes, avaliam os assessores de Sarney, utilizaram critérios técnicos que, quando passam para a esfera política deixam de ser tão confiáveis.

Como na medicina — isto sabe o Presidente — o excesso de remédios preventivos também pode provocar sequelas. Por isso ele poderá abrir mão agora do seu líder — o que não significa que a idéia estará definitivamente descartada, mas não deixará de se vacinar contra o que classifica de "extremismos", para ele a grande ameaça à nova Constituição e à própria índole da nação, reconhecidamente, acredita Sarney, moderada.

## Se for indiciado, Herrmann irá recusar

O deputado João Herrmann, candidato à liderança do PMDB, recusa ser líder do governo. Ele concorre à liderança da bancada na eleição de terça-feira, mas desde já avisa: "Não aceito ser líder do governo. Estou disputando a liderança da minha bancada e quero ser apenas líder da bancada", disse ele ontem quando apresentava sua plataforma de campanha à imprensa.

Parlamentar de trânsito livre na Presidência da República, onde desfruta a amizade da família Sarney, João Herrmann embora recuse ser escolhido líder do governo, aceita a decisão do presidente Sarney em escolher esse líder. Ele conversou na tarde de sexta-feira com o presidente da República, pelo telefone e, mais uma vez, ouviu de Sarney a decisão do governo em escolher seu líder no Congresso, não na Constituinte. "O presidente da República — disse Herrmann — me garantiu que não quer um

líder na Constituinte. Ele entende soberana".

Sobre a liderança do governo, independente do líder da bancada, Herrmann afirmou que nem ele, nem seu partido, pode impedir a escolha: "Eu não defendo a figura do líder de governo, mas não posso impedir o direito do presidente manter seu líder. Esse líder, caso seja escolhido, vai defender os interesses do governo e não da bancada".

Quanto aos rumores sobre a escolha do deputado Prisco Viana (PMDB-BA) para ser líder do governo e os possíveis vetos do partido para que ele seja o porta-voz político do presidente da República, Herrmann negou o veto. Informou o parlamentar que Prisco "é um bom negociador e não há restrições a seu nome". Herrmann informou ainda que a escolha do líder de governo deverá ocorrer após a eleição do líder do PMDB, "quando ficar conhecido o resultado".

Na análise feita pelo parlamentar quanto à escolha do líder de governo, Sarney ainda não apontou o nome "porque tudo depende da eleição do líder da bancada peemedebista, na terça-feira. Caso seja escolhido um nome que tenha condições de circular e liderar a bancada, o presidente não terá necessidade de ter seu líder próprio. Se o nome for de alguém sem controle da bancada, aí o presidente Sarney, obrigatoriamente, terá seu líder".

## Reforma ministerial

Na plataforma de campanha pela liderança de seu partido, Herrmann inclui a reforma ministerial, afirmando que o PMDB, pelo crescimento da força política, "tem direito a mais dois ministérios". Além disso, ele defende um amplo debate antes da eleição de líder, uma revisão nos limites do voto de liderança e um papel mais ativo dos vice-líderes.

## Nova Assembléia já mostra os vícios do regime militar

Marcondes Sampaio

Com uma semana de vida, a Assembléia Constituinte já apresenta muitos dos vícios e deformações que caracterizaram a atuação do Congresso durante o autoritarismo militar. A relação desses "pecados" inclui a indiferença diante do agravamento da crise econômica, a tibieza no enfrentamento das influências externas que pretendem limitar a ação da Assembléia, os casuísmos, os lances de oportunismo e a inconsistência de certas decisões.

É certo que algumas dessas deformações decorrem do "pecado original" — a forma de convocação da Assembléia. Por não ter resultado de uma ruptura institucional, mas de um grande acordo com ponderáveis forças conservadoras, originárias do regime anterior, a Constituinte congressual se ressentiu de independência suficiente para eliminar, de imediato, os condicionamentos impostos pela legislação e pelas situações de fato remanescentes do autoritarismo. Exemplo disso são a influência do Palácio do Planalto sobre a Assembléia e a preocupação com a reação dos militares no que diz respeito às propostas políticas e socialmente mais avançadas.

## A indiferença

É verdade que nesses primeiros dias os constituintes se defrontaram com o problema concreto da elaboração de normas para o desenvolvimento dos trabalhos da Assembléia. Contudo, chama atenção a indiferença de grande maioria em relação ao "Brasil real", à crise econômica com suas implicações sociais e institucionais. Uma con-

sulta aos jornais da semana passada mostraria que as atenções dos constituintes — sobretudo os do PMDB e PFL — estiveram voltadas preferencialmente para as articulações relacionadas ao preenchimento de cargos — lugares nas Mesas e a escolha de líderes — e para o problema do regimento, registrando-se poucas manifestações isoladas de preocupação com a crise. O senador peemedebista Affonso Camargo iniciou a articulação de uma reunião da executiva peemedebista para avaliar a situação nacional e o presidente do PT, Luis Inácio da Silva, pediu uma sessão extraordinária da Constituinte que se destinaria exclusivamente ao debate do problema econômico.

*"Chama a atenção a indiferença da maioria dos Constituintes em relação ao 'Brasil real' e à crise econômica com suas implicações sociais e institucionais".*

Outro sintoma da indiferença de muitos constituintes foi o declínio no comparecimento ao plenário a partir de quarta-feira. Parlamentares antigos costumam justificar que um deputado ou senador tem várias formas de atuar fora do plenário, o que é verdadeiro. A justificativa, contudo, pode ser aceitável para períodos normais de atuação do Congresso e não num momento de instalação de uma Constituinte, em que não faz sentido a atuação clientelista, menos ainda na primeira semana de trabalho e

diante da situação do país.

## Os limites

Sempre que se falou em Constituinte, surgiram, paralelamente, manifestações indicando a possibilidade de os militares reagirem contra propostas mais avançadas. As advertências quanto à reação dos militares intensificaram-se semana passada depois que a bancada do PMDB aprovou, no dia 30, uma moção favorável à tese da Constituinte exclusiva e diante da proposta do deputado pernambucano Maurílio Ferreira Lima, preconizando a competência da Assembléia para revogar dispositivos da atual Constituição.

As lideranças do governo no Congresso entraram prontamente em ação para esvaziar a proposta de Maurílio Ferreira Lima. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, fez uma declaração reveladora das limitações da Constituinte; "A soberania (da Assembléia) não é uma coisa abstrata. Ela deve respaldar-se num poder real.

Os deputados Lyzâneas Maciel, do PDT, e Haroldo Lima, do PC do B, recusou esse tipo de "realismo" característico das forças conservadoras do PMDB e da Arena nos governos militares. Observa Lyzâneas que "todo regime autoritário, e esse é um regime autoritário, precisa engendrar perigos para justificar o imobilismo, mas foi sob ameaças que a sociedade avançou nos últimos anos".

Haroldo Lima reclama uma ação mais concreta dos constituintes para a afirmação da soberania da Assembléia e salienta que seu presidente, Ulysses Guimarães, até agora nada fez nesse sentido.